COPEL Transmissão

COPEL TRANSMISSÃO S.A.

Subsidiária Integral da
Companhia Paranaense de Energia - COPEL

GOVERNO DO PARANÁ

ABRACONEE
Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica

CNPJ/MF 04.368.943/0001-22

www.copel.com / copel@copel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2006

1. APRESENTAÇÃO

1.1 Mensagem da Administração

Apresentamos para apreciação de V. Sªs o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia - Copel, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2006 e de 2005.

A Administração

1.2 Planejamento Estratégico

A Copel Transmissão adota o modelo de gestão empresarial para a sustentabilidade estabelecido pela Companhia por meio de sua Controladora, buscando, com o planejamento e gestão integrados, o alinhamento dos esforços para atingir e garantir, com base nos valores da Copel e na gestão otimizada dos processos, o atendimento dos valores às partes interessadas, bem como o desenvolvimento e o crescimento sustentável da Companhia.

Com base no referencial estratégico (missão, visão, valores e diretrizes estratégicas do Conselho de Administração) estabelecido pela Controladora, a Copel Transmissão formula suas estratégias através da metodologia do Balanced Scorecard – BSC, a qual auxilia na tradução da estratégia em objetivos operacionais, direcionando comportamentos e desempenho.

A gestão do negócio transmissão também está calcada nas determinações da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, por meio dos Contratos de Concessão e demais documentos produzidos pela agência, os quais, em última instância, disciplinam a atuação da empresa no dia a dia, bem como a sua expansão. Devem também ser observadas as definições e orientações emanadas pelo Ministério de Minas e Energia - MME, Operador Nacional do Sistema Interligado - ONS, Empresa de Pesquisa Energética - EPE, órgãos ambientais e todo o arcabouço que rege as empresa estatais.

A expansão do sistema elétrico da rede básica pode ser obtida quando do sucesso nos leilões ou pela obtenção das autorizações, ambos conduzidos pela Aneel.

Cabe ressaltar que está em discussão, pelos diversos agentes envolvidos com o negócio transmissão, a formatação da "empresa de referência de transmissão", a qual norteará o posicionamento das empresas deste setor.

2. PERFIL DA COMPANHIA

Copel Transmissão S.A. - Tem como principal atribuição prover os serviços de transporte e transformação de energia elétrica. É responsável pela construção, operação e manutenção de suas subestações, bem como das linhas destinadas à transmissão de energia. A Concessionária também opera, para o ONS, parte do Sistema Interligado Nacional – SIN localizada na região sul do País.

O quadro a seguir apresenta a extensão das redes de transmissão da Companhia, subdividida por níveis de tensão, bem como o dimensionamento do parque de subestações e linhas de transmissão.

Tensão (kV)	Linhas de Transmissão (km)	Subestações	
		Automatizadas	Potência (MVA)
69	1.166,1	30	2.016,2
88	58,2	-	5,0
138	4.246,3	71	4.829,7
230	1.578,5	24	6.993,0
525	161,3	4	2.200,0
TOTAL	**7.210,4**	**129**	**16.043,9**

2.1 Copel Transmissão em Números

	2006	2005	△%
Financeiros - R$ milhões			
Receita operacional	432,7	390,6	10,8
Receita operacional líquida - ROL	389,6	351,0	11,0
EBITDA ou LAJIDA	245,3	242,3	1,2
Lucro líquido	167,5	151,5	10,6
Patrimônio líquido	994,5	903,7	10,0
Indicadores Econômico-financeiros			
Liquidez geral (índice)	0,5	0,4	25,0
Liquidez corrente (índice)	0,9	0,6	50,0
Margem operacional líquida (%)	52,4	58,0	(9,7)
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	20,3	20,1	1,0
Lucro por lote de mil ações - R$	216,9	201,5	7,6
Endividamento do patrimônio líquido (%)	8,0	10,9	(26,6)
- Em moeda nacional (%)	4,5	5,9	(23,7)
- Em moeda estrangeira (%)	3,5	5,0	(30,0)
Operacionais			
Número de subestações	129	127	1,6
Linhas de transmissão (km)	7.210	6.997	3,0
Número de empregados	970	910	6,6
Produtos			
	Participação no Mercado		
	Brasil	Região Sul	Paraná
Transmissão de Energia Elétrica (*)	2,2	9,4	19,6%

(*) os números referem-se exclusivamente ao comprimento de linhas da Rede Básica em dez de 2006

3. DESTAQUES

3.1 Fatos Relevantes

A Companhia investiu em obras de transmissão de energia elétrica, de modo a elevar a qualidade de atendimento, melhorando o controle dos níveis de tensão, reduzindo as perdas de energia e melhorando a confiabilidade e segurança operativa do sistema.

Os investimentos mais significativos constam na tabela a seguir:

Descrição (Obra)	Evento
Subestação/kV	
Cascavel Oeste 525	Ampliação com novo banco de transformadores (600 MVA)
Santa Mônica 230	Construção com dois transformadores (300,0 MVA) operando setor de 69 kV
Sarandi 230	Construção com transformador (150 MVA)
Linha de transmissão/kV	
Cascavel – Toledo 138 (com 50,3 km)	Construção
Foz do Chopim - Quedas do Iguaçu 138 (com 23,9 km)	Energização definitiva, concluindo a implantação de um novo sistema em 138kV na região do Médio Iguaçu
Guarapuava - Santa Clara 138 (com 63,8 km)	Construção

4. GOVERNANÇA

4.1 Programa de Investimentos

Foi aprovado na 115ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Controladora, realizada em dezembro de 2006, o Programa de Investimentos previsto para 2007, o qual abrange o ativo imobilizado e o ativo intangível, no valor de R$ 179,5 milhões. O valor realizado em 2006 foi de R$ 142,8 milhões.

4.2 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento

Em cumprimento à Lei 9.991/2000, que dispõe sobre a realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento por parte das empresas concessionárias, permissionárias e autorizadas do setor de energia elétrica, a Companhia investiu em 2006, R$ 2,1 milhões em 14 projetos, dentre eles podemos destacar o Sistema de cálculo de ampacidade em tempo real de linhas de transmissão.

4.3 Auditoria Externa

Nos termos estabelecidos pela Instrução CVM n° 381, de 14.01.2003, a Controladora renovou o contrato com a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para prestação de serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Desde sua contratação, a Empresa não prestou serviços não relacionados à auditoria independente que superassem 5% do valor do contrato. No relacionamento com os auditores independentes, a Controladora tem como ponto fundamental a não-contratação de outros serviços de consultoria que venham interferir na independência dos trabalhos de auditoria externa.

Para atendimento dos requisitos da Lei Sarbanes-Oxley, a partir de 2005, são auditadas as demonstrações financeiras pela auditoria interna e externa. Como medida de governança, os processos de auditorias internas são auditados pela auditoria externa.

4.4 Segurança e Saúde do Trabalho e de Contratados

O Plano de Segurança do Trabalho contempla uma série de ações preventivas, dentre as quais, em 2006, destacam-se: a continuidade da Campanha Interna de Segurança do Trabalho "Dê Preferência à Vida" e as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – Cipas.

A Companhia atende ao que determina a Norma Regulamentadora NR-5 e as suas Diretrizes e Políticas de Segurança do Trabalho e Saúde do Trabalhador.

A Companhia assegura aos seus empregados um amplo leque de atendimento no que tange à Medicina Ocupacional. Nesse sentido, mantém estrutura própria e descentralizada de médicos e enfermeiros do trabalho, além de outros profissionais especializados, atuando preventivamente nos aspectos relacionados à qualidade de vida no trabalho, e realizando exames médicos em diversas modalidades em padrões superiores ao mínimo legal exigido.

Está sendo implantado o Programa de Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho - GSST, sistema de controle para a eliminação de riscos existentes no ambiente, atendimento à legislação, treinamento, padronização de atividades de risco, inspeções, estabelecimento de metas e campanha permanente, o qual está em plena consonância com as Diretrizes da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Também, com o objetivo de reduzir o número de acidentes com terceiros, a Companhia está desenvolvendo ações para prevenção de acidentes com a comunidade e com os contratados, dentre as quais destacam-se: programa de integração para empreiteiros no início de obras, encontro de segurança com proprietários de empreiteiras, inspeções de segurança periódicas, fiscalização sistemática por parte da Companhia tanto nos procedimentos como nas condições para realização dos trabalhos e controle estatístico de acidentes.

5. DESEMPENHOS OPERACIONAL, ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1 Resultado Operacional

O aumento na **Receita Bruta** de 10,8%, passando de R$ 390,6 milhões em 2005 para R$ 432,7 milhões em 2006, deveu-se, principalmente, ao crescimento da receita pela disponibilidade da rede em função dos reajustes tarifários pela variação do IGP-M ocorrida no período e incremento na RAP (Receita anual permitida) referente as alterações de alíquotas de PIS/PASEP e COFINS, sendo este último, homologado pela resolução Aneel 149/2005.

O aumento de R$ 37,9 milhões nos **Custos e Despesas Operacionais**, em comparação aos gastos do exercício anterior, que foram de R$ 147,3 milhões, está relacionado, principalmente, com as variações nas rubricas, a seguir:

- Pessoal e Plano Previdenciário e Assistencial, com crescimento de R$ 18,9 milhões devido ao aumento do quadro de pessoal e a transferência de juros sobre plano previdenciário e assistencial para despesa financeira; e
- Provisão para contingências teve um acréscimo de R$ 12,5 milhões, principalmente, pela realização de provisão para perdas em ativos regulatórios, mesmo com as reversões de provisões para contingências trabalhistas registradas.

5.2 EBITDA

O Lucro antes dos juros, Impostos, Depreciação e Amortização (EBITDA ou LAJIDA), totalizou R$ 245,3 milhões, superior em 1,2 % ao apresentado em 2005 que foi de R$ 242,3 milhões.

5.3 Resultado Financeiro

O impacto positivo de R$ 1,1 milhões no Resultado Financeiro deste exercício é refletido, principalmente, pelo maior volume de multas contratuais recebidas, pelos rendimentos nas aplicações financeiras e pelo decréscimo das despesas com encargos da dívida, ainda que, compensadas por um acréscimo nos valores das despesas com variações monetárias sobre empréstimos, juros, CPMF, IOF e outros.

5.4 Lucro Líquido

Em 2006, a Companhia obteve lucro líquido de R$ 167,5 milhões, sendo 10,6% maior que o obtido no exercício anterior de R$ 151,5 milhões. Tal resultado proporcionou a taxa de rentabilidade do patrimônio líquido de 20,3%.

6. DESEMPENHO AMBIENTAL

Durante 2006 foram desenvolvidas as seguintes atividades: estruturação da gestão corporativa de resíduos; elaboração do Relatório Anual de Meio Ambiente; mapeamento e modelagem de todos os processos da função empresarial "meio ambiente", incluindo os que têm impacto direto no cumprimento da Lei Sarbanes-Oxley; alinhamento da função meio ambiente ao mapa estratégico corporativo; e coordenação do Seminário Internacional de Tecnologias Energéticas do Futuro - STEF como estratégia para iniciar debate envolvendo a Companhia. A gestão ambiental corporativa da Controlada, portanto, tem a atribuição de contribuir para o planejamento estratégico da Companhia.

6.1 Emissões, Efluentes e Resíduos

Para a Controladora, é necessário tratar adequada e corporativamente as questões relativas aos resíduos gerados em todas as suas atividades, bem como trocar experiências e estabelecer sinergia entre as práticas atualmente existentes, promovendo intercâmbio com outras instituições públicas e privadas. Procurando integrar e alinhar essas práticas ao planejamento estratégico empresarial, e dando continuidade ao programa de Gestão Corporativa de Resíduos, em agosto de 2006 foi formalmente criado grupo de trabalho, constituído por representantes de todas as áreas da Controladora que trabalham e se relacionam diretamente com o tema. Em 2006, foram traçados e estruturados planos de ação que nortearão os procedimentos a serem desdobrados em toda a Companhia em 2007. A troca de experiências entre as áreas possibilitou o estabelecimento de ações conjuntas.

7. DESEMPENHO SOCIAL

7.1 Incentivos fiscais

As contribuições levadas a efeito sob os auspícios da Lei Rouanet no exercício de 2006 foram efetuadas em projetos devidamente aprovados pelo Ministério da Cultura, no âmbito do Governo Federal, tendo como proponente, em boa parte, a Sociedade dos Amigos do Museu Oscar Niemeyer - MON, para a qual foram destinados R$ 0,8 milhões.

Ainda dentro do espírito de voluntariado, a Companhia participou e incentivou diversas ações, dentre elas a doação ao Fundo dos Direitos da Infância e da Adolescência - FIA. Em 2006, a Empresa destinou a diversos projetos inscritos no FIA, um total de R$ 0,2 milhões utilizando os incentivos fiscais. Dentre os projetos beneficiados podemos citar o de ampliação do Hospital Infantil Pequeno Príncipe.

7.2 Gestão de Pessoas

Em 2006 a Copel Transmissão contava com a seguinte composição de sua força de trabalho:

Força de Trabalho	Jornada de Trabalho	2006	2005
Empregados	6 ou 8 horas	970	910
Estagiários	4 horas	31	55

7.2.1 Treinamento e Desenvolvimento

A Companhia conta com diversas formas (cursos, seminários e palestras) de capacitação e aprimoramento continuados de seus empregados. Em grande parte, são cursos realizados internamente para suprir demandas geradas pela implementação de novas tecnologias e processos.

A Companhia também aplica consistente política em relação à formação de seus empregados, com investimentos significativos nos cursos de pós-graduação, além de incentivar o autodesenvolvimento destes por meio do programa de auxílio-educação.

7.2.2 Política Salarial

As práticas de remuneração, reconhecimento e incentivo estão baseadas no modelo de remuneração estruturado pela sua Controladora, apoiando-se em dois pilares: remuneração fixa (comparação de mercado e mérito) e variável (Participação dos Empregados nos Lucros e/ou Resultados - PLR).

7.2.3 Benefícios

Dentre os benefícios concedidos diretamente pela Companhia a todos os empregados, além dos previstos pela legislação, destacam-se: auxílio-educação, abono de férias, auxílio-alimentação e refeição, auxílio-creche, auxílio a portadores de necessidades especiais, além de outros possibilitados pelo convênio existente entre a Copel e o INSS.

Outro conjunto de benefícios, concedidos pela Companhia e administrados pela Fundação Copel de Previdência e Assistência Social são: plano de previdência privada, complementando o valor da previdência oficial, e amplo plano de assistência médico-hospitalar e odontológica, dentre os melhores oferecidos pelo mercado.

7.3 Balanço Social

BALANÇO SOCIAL ANUAL - Modelo IBASE
Em 31 de dezembro de 2006 e de 2005
(Valores expressos em milhares de reais)

NE		2006				2005			
	1 - BASE DE CÁLCULO								
17 e 18	**Receita Líquida - RL**	**389.581**				**351.042**			
	Resultado (ou Lucro) Operacional - RO	**194.993**				**193.353**			
20	**Folha de Pagamento Bruta - FPB**	**88.210**				**85.095**			
	Valor Adicionado Total - VAT	**356.637**				**333.525**			
	2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS		% Sobre:				% Sobre:		
			FPB	RL	VAT		FPB	RL	VAT
	Alimentação (Auxílio alimentação e outros)	**5.695**	6,5	1,5	1,6	**4.980**	5,9	1,5	1,5
20	**Encargos sociais compulsórios**	**22.260**	25,2	5,7	6,2	**21.629**	25,4	6,2	6,5
21	**Previdência privada**	**5.424**	6,1	1,4	1,5	**(1.812)**	(2,1)	(0,5)	(0,5)
21	**Saúde** (Plano assistencial)	**4.170**	4,7	1,1	1,2	**2.446**	2,9	0,7	0,7
	Segurança e medicina no trabalho	**239**	0,3	0,1	0,1	**431**	0,5	0,1	0,1
	Educação	**224**	0,3	0,1	0,1	**140**	0,2	-	-
	Cultura	**7**	-	-	-	**26**	-	-	-
	Capacitação e desenvolvimento profissional	**779**	0,9	0,2	0,2	**918**	1,1	0,3	0,3
	Auxílio creche	**25**	-	-	-	**26**	-	-	-
20	**Participação nos lucros e/ou resultados**	**7.843**	8,9	2,0	2,2	**4.441**	5,2	1,2	1,3
	Outros benefícios	**1.945**	2,2	0,4	0,5	**597**	0,6	0,1	0,2
	Total	**48.611**	**55,1**	**12,5**	**13,6**	**33.822**	**39,7**	**9,6**	**10,1**
	3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS		% Sobre:				% Sobre:		
			RO	RL	VAT		RO	RL	VAT
	Educação	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
24	**Cultura** (Lei Rouanet)	**839**	**0,4**	**0,2**	**0,2**	**460**	**0,2**	**0,1**	**0,1**
	Saúde e saneamento	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Esporte	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Combate à fome e segurança alimentar	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Outros	**188**	**0,1**	**-**	**0,1**	**-**	**-**	**-**	**-**
24	Fia - Fundo dos direitos da criança e do adolescente	188	0,1	-	0,1	-	-	-	-
	Total das contribuições para a sociedade	**1.027**	**0,5**	**0,2**	**0,3**	**460**	**0,2**	**0,1**	**0,1**
DVA	**Tributos (excluídos encargos sociais)**	**76.111**	**39,1**	**19,6**	**21,3**	**87.114**	**45,1**	**24,8**	**26,1**
	Total	**77.138**	**39,6**	**19,8**	**21,6**	**87.574**	**45,3**	**24,9**	**26,2**
	4 - INDICADORES AMBIENTAIS		% Sobre:				% Sobre:		
			RO	RL	VAT		RO	RL	VAT
	Investimentos relacionados com as operações da empresa	**3.998**	**2,1**	**1,0**	**1,1**	**3.094**	**1,6**	**0,9**	**0,9**
19	Progr. Pesquisa e Desenvolvimento	3.886	2,1	1,0	1,1	3.094	1,6	0,9	0,9
	Gestão de resíduos	22	-	-	-	-	-	-	-
	Programas de proteção de Fauna e Flora	90	-	-	-	-	-	-	-
	Investimentos em programas e/ou projetos externos	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
	Total	**3.998**	**2,1**	**1,0**	**1,1**	**3.094**	**1,6**	**0,9**	**0,9**
	Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa:		( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%				( ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 51 a 75% (X) cumpre de 76 a 100%		
	5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL								
	Empregados no final do período	**970**				**910**			
	Escolaridade dos empregados(as):	Total	Homens	Mulheres		Total	Homens	Mulheres	
	Total Superior e extensão universitária	**397**	315	82		**351**	284	67	
	Total 2º Grau	**545**	498	25		**525**	484	31	
	Total 1º Grau	**28**	25	3		**34**	31	3	
	Faixa etária dos empregados(as):								
	Abaixo de 30 anos	**172**				**116**			
	De 30 até 45 anos (exclusive)	**403**				**373**			
	Acima de 45 anos	**395**				**421**			
	Admissões durante o período	**122**				**98**			
	Mulheres que trabalham na empresa	**132**				**111**			
	% Mulheres em cargos gerenciais:								
	em relação ao nº total de mulheres	**2**				**1**			
	em relação ao nº total de gerentes	**12**				**5**			
	Negros(as) que trabalham na empresa	**96**				**91**			
	% Negros(as) em cargos gerenciais:								
	em relação ao nº total de negros(as)	**1**				**0**			
	em relação ao nº total de gerentes	**4**				**0**			
	Portadores(as) de necessidades especiais	**2**				**4**			
	Dependentes	**1.832**				**1.878**			
	Estagiários(as)	**31**				**55**			

	2006	Metas 2007
6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	**25**	**25**
Número total de Acidentes de Trabalho	**30**	**-**
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	**direção e gerências**	direção e gerências
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	**todos(as) + Cipa**	**todos(as) + Cipa**
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	**segue as normas da OIT**	**incentivará e seguirá a OIT**
A previdência privada contempla:	**todos(as) empregados(as)**	**todos(as) empregados(as)**
A participação dos lucros ou resultados contempla:	**todos(as) empregados(as)**	**todos(as) empregados(as)**
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	**são sugeridos**	**serão exigidos**
Quanto à participação dos empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	**apóia**	**organizará e incentivará**
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):		
na empresa	**N/A**	**N/A**
no Procon	**N/A**	**N/A**
na Justiça	**N/A**	**N/A**
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:		
na empresa	**N/A**	**N/A**
no Procon	**N/A**	**N/A**
na Justiça	**N/A**	**N/A**

	2006	2005
Distribuição do Valor Adicionado (DVA) :		
Financiadores	**5,0%**	**5,6%**
Pessoal	**21,8%**	**17,8%**
Governo	**26,2%**	**31,2%**
Acionistas	**19,8%**	**24,4%**
Retido	**27,2%**	**21,0%**

7 - OUTRAS INFORMAÇÕES

A Copel Transmissão não utiliza mão-de-obra infantil ou trabalho escravo, não tem envolvimento com prostituição ou exploração sexual de criança ou adolescente e não está envolvida com corrupção.
Nossa companhia valoriza e respeita a diversidade interna e externamente.
Para maiores esclarecimentos sobre as informações declaradas:
Superintendência de Gestão Contábil - tel 41 3331-2160
Notas:
NA - Não se aplica
NE - Nota Explicativa

8. AGRADECIMENTOS

Ao reconhecermos que o bom desempenho e o lucro de R$ 167,5 milhões obtidos pela Copel Transmissão neste ano provêm do constante apoio recebido das partes interessadas com as quais nos relacionamos, expressamos nossos agradecimentos à Controladora, aos nossos clientes e fornecedores, aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, ao Governo do Estado e demais poderes públicos, aos nossos empregados e à comunidade pela confiança depositada em nossa Companhia.

Curitiba, 27 de março de 2007.

A Administração

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expressos em milhares de reais)

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	NE	2006	2005
CIRCULANTE			
Disponibilidades	4	59.698	2.594
Concessionárias	5	48.757	58.876
Serviços executados para terceiros		116	85
Serviços em curso		3.457	3.871
Impostos e contribuições sociais	6	3.515	9.979
Ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	7	-	13.876
Cauções e depósitos vinculados		2.754	-
Almoxarifado		9.870	9.387
Outros créditos	9	3.033	3.977
		131.200	**102.645**
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Impostos e contribuições sociais	6	38.742	36.214
Depósitos judiciais	14	16.937	16.220
Ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	7	-	10.928
Cauções e depósitos vinculados	8	5.140	5.643
Outros créditos	9	56	56
		60.875	**69.061**
Investimentos		**2.257**	**2.257**
Imobilizado	10	**1.195.446**	**1.094.914**
Intangível	11	**24.366**	**21.348**
		1.282.944	**1.187.580**
ATIVO TOTAL		**1.414.144**	**1.290.225**

PASSIVO	NE	2006	2005
CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	16.047	17.126
Fornecedores		4.384	6.179
Impostos e contribuições sociais	6	13.389	35.250
Dividendos a pagar	16	60.014	69.217
Folha de pagamento e provisões trabalhistas		19.921	16.067
Benefícios pós-emprego	21	24.771	25.617
Taxas regulamentares		1.300	1.065
Pesquisa e desenvolvimento	13	10.737	3.927
Outras contas a pagar		1.355	866
		151.918	**175.314**
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	12	63.771	81.287
Provisões para contingências	14	33.899	41.977
Dívidas com pessoas ligadas	15	69.217	3.400
Impostos e contribuições sociais	6	-	3.716
Benefícios pós-emprego	21	100.816	80.803
		267.703	**211.183**
Patrimônio Líquido	16		
Capital social		772.389	751.989
Reservas de lucros		222.134	151.739
		994.523	**903.728**
PASSIVO TOTAL		**1.414.144**	**1.290.225**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	NE	2006	2005
Receita Operacional	17		
Disponibilidade da rede elétrica		429.906	388.829
Outras receitas operacionais		2.822	1.721
		432.728	**390.550**
Deduções da Receita Operacional	18	**(43.147)**	**(39.508)**
Receita Operacional Líquida		**389.581**	**351.042**
Custo do Serviço de Energia Elétrica	19		
Custo de operação			
Pessoal	20	(65.050)	(6.362)
Planos previdenciário e assistencial	21	(8.723)	(45)
Material		(2.757)	(1.142)
Serviços de terceiros		(14.292)	(4.581)
Depreciação e amortização		(39.047)	(34.486)
Tributos		(971)	(330)
Outros custos de operação	24	(1.768)	(1.433)
		(132.608)	**(48.379)**
Custo do serviço prestado a terceiros	19		
Material		-	(42)
Serviços de terceiros		-	(17)
Tributos		-	(2)
		-	**(61)**
		(132.608)	**(48.440)**
Lucro Operacional Bruto		**256.973**	**302.602**
Despesas Operacionais	19		
Despesas com vendas		(93)	(748)
Despesas gerais e administrativas		(29.959)	(91.099)
Outras despesas operacionais		(22.648)	(7.046)
		(52.700)	**(98.893)**
Resultado do Serviço		**204.273**	**203.709**
Resultado Financeiro	25		
Receitas financeiras		8.428	4.715
Despesas financeiras		(17.708)	(15.071)
		(9.280)	**(10.356)**
Lucro Operacional		**194.993**	**193.353**
Resultado Não Operacional	26	**(794)**	**(332)**
Lucro antes do Imp. Renda e Contr. Social		**194.199**	**193.021**
Imposto de Renda e Contribuição Social	27		
Imposto de renda e contribuição social		(36.869)	(39.113)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		10.197	(2.382)
		(26.672)	**(41.495)**
Lucro Líquido do Exercício		**167.527**	**151.526**
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações		**216,8947**	**201,5004**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2004	**751.989**	**13.453**	**69.753**	**-**	**835.195**
Ajustes de exercícios anteriores (NE nº 13)	-	-	-	(1.561)	(1.561)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	151.526	151.526
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	7.576	-	(7.576)	-
Dividendos	-	-	-	(81.432)	(81.432)
Reserva para investimentos	-	-	60.957	(60.957)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2005	**751.989**	**21.029**	**130.710**	**-**	**903.728**
Ajustes de exercícios anteriores (NEs nº 13 e 21)	-	-	-	(26.528)	(26.528)
Aumento de capital social	20.400	-	-	-	20.400
Lucro líquido do exercício	-	-	-	167.527	167.527
Destinação proposta à A.G.O.:					
Reserva legal	-	7.050	-	(7.050)	-
Dividendos	-	-	-	(70.604)	(70.604)
Reserva para investimentos	-	-	63.345	(63.345)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2006	**772.389**	**28.079**	**194.055**	**-**	**994.523**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Continua na página seguinte...

Continuação da página anterior...

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expressos em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

	2006	2005
ORIGENS		
Das operações		
Lucro líquido do exercício	**167.527**	**151.526**
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	40.987	38.594
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(2.484)	(8.527)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.244)	(2.249)
Provisões no passivo não circulante	13.106	13.236
Baixas de ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	20.361	-
Baixas de imobilizado - líquidas	1.084	1.100
Baixas de intangível - líquidas	1	-
	66.811	**42.154**
	234.338	**193.680**
Dos acionistas		
Adiantamentos para futuro aumento de capital	86.217	-
	86.217	**-**
De terceiros		
Controladora e coligadas	-	83.848
Participação financeira do consumidor	5	-
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	-	34.702
	5	**118.550**
TOTAL DAS ORIGENS	**320.560**	**312.230**
APLICAÇÕES		
Na distribuição de dividendos	**70.604**	**81.432**
No imobilizado	**142.840**	**147.608**
No intangível	**3.035**	**1.261**
No realizável a longo prazo		
Impostos e contribuições sociais	9.432	-
Depósitos judiciais	1.907	3.321
Ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	-	26.452
	11.339	**29.773**
Passivos não circulantes transferidos para o circulante:		
Empréstimos e financiamentos	14.529	15.934
Benefícios pós-emprego	22.303	24.129
Contingências judiciais e outras contas a pagar	584	-
	37.416	**40.063**
No aumento do capital circulante líquido	**55.326**	**12.093**
TOTAL DAS APLICAÇÕES	**320.560**	**312.230**
Demonstração da variação do capital circulante líquido		
Ativo circulante inicial (após ajustes de exercícios anteriores NE 13)	104.384	142.596
Passivo circulante inicial (após ajustes de exercícios anteriores NE 13)	180.428	227.358
Capital circulante líquido inicial	**(76.044)**	**(84.762)**
Ativo circulante final	131.200	102.645
Passivo circulante final	151.918	175.314
Capital circulante líquido final	**(20.718)**	**(72.669)**
Aumento do capital circulante líquido	**55.326**	**12.093**

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

	2006	2005
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	**167.527**	**151.526**
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	93	-
Depreciação e amortização	40.987	38.594
Variações monetárias de longo prazo - líquidas	(2.484)	(8.527)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(6.244)	(2.249)
Provisões no passivo não circulante	13.106	13.236
Baixas de ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	20.361	-
Baixas de imobilizado - líquidas	1.084	1.100
Baixas de intangível - líquidas	1	-
	66.904	**42.154**
Variações no ativo circulante		
Concessionárias	10.096	(15.938)
Serviços executados para terceiros	(90)	10
Serviços em curso	414	(827)
Impostos e contribuições sociais	8.203	(87)
Ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	13.876	20.826
Cauções e depósitos vinculados	(2.754)	-
Almoxarifado	(483)	98
Outros créditos	933	60
	30.195	**4.142**
Variações no passivo circulante		
Fornecedores	(1.795)	104
Impostos e contribuições sociais	(21.861)	7.014
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	3.854	2.825
Benefícios pós-emprego	(23.149)	(22.648)
Taxas regulamentares	235	(741)
Pesquisa e desenvolvimento	1.696	1.562
Outras contas a pagar	(95)	209
	(41.115)	**(11.675)**
Aplicações no realizável a longo prazo		
Impostos e contribuições sociais a compensar	(9.432)	-
Depósitos judiciais	(1.907)	(3.321)
Ativo regulatório - PIS/Pasep e Cofins	-	(26.452)
	(11.339)	**(29.773)**
Aumento do exigível a longo prazo		
Coligadas e controladora	-	83.848
	-	**83.848**
Total das Atividades Operacionais	**212.172**	**240.222**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aplicações no imobilizado	(142.840)	(147.608)
Aplicações no intangível	(3.035)	(1.261)
Contribuições do consumidor	5	-
Total das Atividades de Investimento	**(145.870)**	**(148.869)**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Empréstimos e financiamentos	(15.608)	(17.215)
Adiantamentos para futuro aumento de capital	86.217	-
Juros sobre o capital próprio	(79.807)	(144.649)
Total das Atividades de Financiamento	**(9.198)**	**(161.864)**
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA	**57.104**	**(70.511)**
Saldo inicial de caixa	2.594	73.105
Saldo final de caixa	59.698	2.594
Variação no caixa	**57.104**	**(70.511)**

Nota: Demonstração em conformidade com o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, aprovado pela Resolução Aneel nº 444/2001 publicada no D.O.U. em 29.10.2001.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

	NE	2006		2005	
Receitas					
Disponibilidade da rede e outras receitas	17	432.728		390.550	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	24	(93)		(748)	
Resultado não operacional	26	(794)		(332)	
Total		**431.841**		**389.470**	
(-) Insumos aquiridos de terceiros					
Material, insumos e serviços de terceiros	19	21.110		19.549	
Outros insumos	-	21.535		5.701	
Total		**42.645**		**25.250**	
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO		**389.196**		**364.220**	
(-) Depreciação e amortização	19	**40.987**		**38.594**	
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		**348.209**		**325.626**	
(+) Valor Adicionado Transferido					
Receitas financeiras e desp. financeiras negativa	25	8.428		7.899	
Total		**8.428**		**7.899**	
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR		**356.637**		**333.525**	
	NE	**2006**	**%**	**2005**	**%**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO :					
Pessoal					
Remunerações	20	65.950		63.466	
Planos previdenciário e assistencial	21	9.594		634	
Auxílio alimentação e educação	20	4.849		4.198	
Encargos sociais - FGTS	20	5.034		4.915	
Indenizações trabalhistas	20	1.858		525	
Participação nos lucros e/ou resultados	20	7.843		4.441	
Transferências para imobilizado em curso	20	(17.246)		(18.728)	
Total		**77.882**	**21,8**	**59.451**	**17,8**
Governo					
Federal:		**92.157**		**103.795**	
Encargos sociais - INSS	20	17.226		16.714	
Imposto de renda e contribuição social	27	26.672		41.495	
Pasep	18	6.587		6.427	
Cofins	18	23.955		22.709	
Taxas regulamentares	19	2.484		2.099	
Conta de consumo de combustível - CCC	19	947		780	
RGR	18	12.447		10.339	
CPMF e IOF	25	1.835		1.538	
Outros tributos[1]	19	4		1.694	
Estadual e Municipal:		**1.180**		**33**	
IPVA e outros	19	135		-	
ICMS - outras operações	19	701		-	
ISSQN	18	72		33	
IPTU e outros impostos e taxas	19	272		-	
Total		**93.337**	**26,2**	**103.828**	**31,2**
Financiadores					
Juros, multas e variações monetárias	-	15.873		16.717	
Arrendamentos e aluguéis	24	2.018		2.003	
Total		**17.891**	**5,0**	**18.720**	**5,6**
Acionistas					
Remuneração do capital próprio	16	70.604		81.432	
Lucros retidos na empresa	-	96.923		70.094	
Total		**167.527**	**47,0**	**151.526**	**45,4**
		356.637		**333.525**	
Valor Adicionado (médio) por empregado		**379**		**382**	
Taxa de contribuição do patrimônio líquido - %		**35,9**		**36,9**	
Taxa de geração de riqueza - %		**25,2**		**25,9**	
Taxa de retenção de riqueza - %		**27,2**		**21,0**	

[1] A partir de 2006 a Copel Transmissão optou por registrar os tributos contidos nesta conta por esferas de governo.

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações contábeis.

Nota: Demonstração em conformidade com a Norma Brasileira de Contabilidade NBC T 3.7 aprovada pela Resol. CFC nº 1.010 publicada no D.O.U. em 25.01.2005.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado)

1 Contexto Operacional

A Copel Transmissão S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia - Copel, destinada a: a) pesquisar, conceber, planejar, construir, explorar, operar e manter sistemas de transporte e transformação de energia elétrica nas tensões iguais e superiores a 69 kV; b) coordenar atividades para expansão, acesso e uso das instalações de transporte e transformação de energia elétrica nas tensões iguais e superiores a 69 kV; c) prestar serviços em suas áreas de especialização, sendo tais atividades regulamentadas pela Aneel, vinculada ao MME. Detém concessão para transmissão de energia elétrica até o ano de 2015.

2 Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – Ibracon e pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, conjugadas com a legislação específica da Aneel e regulamentações da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Essas demonstrações contábeis incorporam as alterações trazidas pelos seguintes normativos contábeis: **(i)** Normas e Procedimentos de Contabilidade 27 (NPC 27) – Apresentação e Divulgações, emitido pelo Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - Ibracon, em 03.10.2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 488, naquela mesma data; e **(ii)** Normas e Procedimentos de Contabilidade 22 (NPC 22) - Provisões, Passivos, Contingências Passivas e Contingências Ativas, emitido pelo Ibracon, em 03.10.2005, aprovada pela Deliberação CVM nº 489, naquela mesma data. Nas demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31.12.2005, apresentadas para fins de comparação, foram efetuadas determinadas reclassificações para adequá-las às Deliberações mencionadas, e permitir aos usuários a comparabilidade com o exercício corrente. As principais alterações resultantes da aplicação dessas Deliberações foram as seguintes:

a) Apresentação do grupo "Não circulante" no ativo e no passivo;

b) Apresentação da conta "Intangível", classificada no grupo "Não circulante"; e

c) Reclassificação dos depósitos judiciais, anteriormente classificados no ativo, para o passivo, como redutor da conta "provisão para contingências", nas situações onde for aplicável.

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular SFF/Aneel nº 2.396/2006, de 28.12.2006 e Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14.02.2007.

As principais reclassificações realizadas pela Companhia nas demonstrações contábeis de 31.12.2005 estão relacionadas a seguir:

De		Para		Valor
PNC	Outras contas a pagar	**PNC**	Pesquisa e desenvolvimento	3.927
DRE	Custo de operação - Plano p. assistencial	**DRE**	Despesas financeiras (a)	989
DRE	Desps. gerais e adm. - Pl. p. assistencial	**DRE**	Despesas financeiras (a)	12.922

PNC = Passivo não circulante **DRE** = Demonstração do resultado

(a) Juros e variações monetárias sobre contrato de financiamento relativo ao Plano Previdenciário III.

3 Principais Práticas Contábeis

a) Práticas Contábeis Gerais

1) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data dos balanços.

2) Materiais em estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais no almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados pelo custo médio de aquisição; aqueles destinados a investimentos, classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição (os bens de massa, como postes e cabos elétricos, são registrados pelo custo médio). Os valores contabilizados não excedem seus custos de reposição ou valores de realização.

3) Investimentos

As participações societárias permanentes em controladas e coligadas estão registradas pelo método da equivalência patrimonial. Os outros investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisão para perda, quando aplicável.

4) Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos são atualizados pelas variações monetárias e cambiais incorridas até a data do balanço, incluindo juros e demais encargos previstos contratualmente.

5) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São calculados com base nas alíquotas efetivas de imposto de renda e de contribuição social, reconhecido o diferimento em função das diferenças intertemporais e prejuízos fiscais.

6) Planos previdenciário e assistencial

Os custos associados aos planos previdenciário e assistencial junto à Fundação Copel são reconhecidos em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13.12.2000.

7) Provisões para contingências

Estão registradas até a data do balanço pelo montante provável de perda, observada a natureza de cada contingência.

8) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos, quando legal ou contratualmente exigidos, estão atualizados até a data do balanço.

9) Uso de estimativas

A preparação de demonstrações contábeis de acordo com os princípios de contabilidade adotados no Brasil requer que a Administração da Companhia faça estimativas e adote premissas que, de fato, afetem os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data do balanço patrimonial e os valores reportados de receitas e despesas. Os resultados concretos desses fatos podem divergir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da provisão para créditos de liquidação duvidosa, vida útil do imobilizado, provisão para contingências, imposto de renda, premissas de plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego.

10) Contabilização da participação nos lucros e/ou resultados

Em conformidade com o Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 01/2007, de 14.02.2007, A Companhia reclassifica as participações em resultados não referenciadas nos estatutos como custo ou despesa operacional.

11) Compensação de ativos e passivos fiscais

A Copel Transmissão demonstra em bases líquidas seus ativos e passivos fiscais conforme Deliberação CVM nº 273/1998.

12) Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

13) Lucro líquido por ação

O lucro líquido por ação é determinado com base na quantidade de ações do capital social integralizado em circulação na data do balanço.

b) Práticas Contábeis Regulatórias – Específicas do Setor Elétrico

1) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A PCLD está reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.
É constituída com base nos valores a receber vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Engloba os recebíveis faturados até o encerramento do balanço, contabilizados com base no regime de competência.

2) Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30.11.1994, complementada pela Resolução Aneel nº 015, de 24.12.1997. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Aneel nº 44, de 17.03.1999.

Os gastos de administração central são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Em atendimento à Instrução Contábil nº 6.3.23 do referido manual, as obrigações especiais vinculadas à concessão, registradas nos livros em subgrupo específico no passivo exigível a longo prazo estão apresentadas como conta redutora do ativo imobilizado.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao imobilizado em andamento, são apropriados às imobilizações em curso durante o período de construção.

3) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou desenvolvimento. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC, conforme determina a Portaria DNAEE nº 815, de 30.11.1994, complementada pela Resolução Aneel nº 015, de 24.12.1997. As taxas anuais de amortização estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução Aneel nº 44, de 17.03.1999.

4) Programa de incentivo a novas fontes de energia alternativa – Proinfa.

Em atendimento ao Ofício Circular Aneel nº 2.396, de 28.12.2006, a Companhia reclassificou para fins de publicação, os valores relativos ao Proinfa contabilizados originalmente em outras despesas para deduções da receita operacional.

4 Disponibilidades

				2006	2005
Caixa e bancos				**671**	**299**
Aplicações financeiras	**Tipo de Aplicação**	**Vencimento**	**Remuneração**		
Banco do Brasil	CDB DI	05/06/2008	100,00	4.411	-
Banco do Brasil	CDB DI	18/06/2008	100,00	1.393	-
Banco do Brasil	CDB DI	16/07/2008	100,00	4.241	-
Banco do Brasil	CDB DI	17/07/2008	100,00	2.121	-
Banco do Brasil	CDB DI	08/08/2008	100,00	5.256	-
Banco do Brasil	CDB DI	13/08/2008	100,00	1.362	-
Banco do Brasil	CDB DI	15/08/2008	100,00	3.143	-
Banco do Brasil	CDB DI	11/09/2008	100,00	2.595	-
Banco do Brasil	CDB DI	15/09/2008	100,00	5.182	-
Banco do Brasil	CDB DI	17/09/2008	100,00	725	-
Banco do Brasil	CDB DI	06/11/2008	100,00	6.619	-
Banco do Brasil	CDB DI	11/05/2008	100,03	4.356	-
Banco do Brasil	CDB DI	05/07/2008	100,03	6.395	-
Banco do Brasil	CDB DI	06/10/2008	100,10	2.057	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	05/11/2008	99,50	4.100	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	17/12/2008	99,50	3.044	-
Caixa Econômica Federal	CDB Selic	18/11/2008	99,50	2.027	-
Banco do Brasil	CDB DI	16/08/2007	100,00	-	198
Banco do Brasil	CDB DI	20/09/2007	100,00	-	2.097
				59.027	**2.295**
				59.698	**2.594**

5 Concessionárias

	Saldos vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	2006	2005
Sistema de Transmissão					
Rede básica	18.212	84	161	18.457	16.694
Rede básica fronteira	2.586	1	-	2.587	2.903
Rede de conexão	27.795	-	-	27.795	39.338
Prov. p/ créd. liquidação duvidosa	-	-	(82)	(82)	(59)
	48.593	**85**	**79**	**48.757**	**58.876**

6 Impostos e Contribuições Sociais

	2006	2005
Ativo Circulante		
IRPJ/CSLL diferidos sobre:		
Plano previd. e assistencial - delib. CVM 371	537	515
Déficit previdenciário - plano III	1.291	1.218
Adições temporárias	1.683	804
REFIS parcela refis federal	-	7.440
Outros tributos a compensar	4	2
	3.515	**9.979**
Ativo Realizável a Longo Prazo		
IRPJ/CSLL diferidos sobre:		
Déficit previdenciário - plano III	20.703	21.995
Planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	6.476	7.020
Provisão p/ créditos de liquidação duvidosa	391	359
Adições Temporárias	11.172	6.840
	38.742	**36.214**
Passivo Circulante		
IRPJ/CSLL a pagar	12.939	26.073
IRPJ/CSLL diferidos sobre:		
Exclusões temporárias	-	4.717
Imposto de renda retido na fonte	78	7
PIS/Pasep e Cofins a recolher	165	4.392
Outros tributos	207	61
	13.389	**35.250**
Passivo Exigível a Longo Prazo		
IRPJ/CSLL diferidos sobre:		
Ativo regulatório PIS/Pasep e Cofins	-	3.716
	-	**3.716**

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia contabiliza imposto de renda diferido calculado à alíquota de 15%, mais o adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Os tributos diferidos sobre déficit previdenciário estão sendo realizados em conformidade com o plano de amortização da respectiva dívida e a provisão para convênio assistencial na medida em que ocorrem os pagamentos dos benefícios pós-emprego. Os tributos diferidos sobre as demais provisões serão realizados em função das decisões judiciais.

Os créditos fiscais estão contabilizados conforme demonstração a seguir:

	2006
Ativo circulante	
IRPJ/CSLL sobre planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	537
IRPJ/CSLL sobre déficit previdenciário - plano III	1.291
Adições temporárias	1.683
Ativo realizável a longo prazo	
IRPJ/CSLL sobre déficit previdenciário - plano III	20.703
IRPJ/CSLL sobre planos previd. e assistencial - delib. CVM 371	6.476
IRPJ/CSLL sobre adições temporárias	11.563
	42.253

Em cumprimento à Instrução CVM n.º 371, de 27.06.2002, a expectativa de geração de base de cálculo positiva em montante suficiente para realização dos créditos fiscais, contabilizados pela Companhia com base em estudos submetidos à apreciação dos Conselhos de Administração e Fiscal, está apresentada a seguir:

	Parcela estimada de realização	Parcela efetiva de realização	Parcela estimada de realização
2006	6.063	-	-
2007	-	-	2.459
2008	-	-	2.240
2009	-	-	2.120
2010	-	-	2.274
2011	-	-	2.440
Após 2011	-	-	30.720
	6.063	**-**	**42.253**

As projeções de resultado futuro serão objeto de reavaliação da Administração quando da aprovação das demonstrações contábeis relativas ao exercício de 2007, que ocorrerá em abril de 2008.

7 Ativo Regulatório – PIS/Pasep e Cofins

Em função dos efeitos produzidos pelas Leis nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e nº 10.865, de 30 de abril de 2004, no que se refere aos impactos econômicos e financeiros produzidos pela majoração das alíquotas e da mudança de critérios de apuração das contribuições do PIS/Pasep e Cofins, o Oficio Circular nº 302/2005 SFF/Aneel veio a reconhecer o direito de constituição de Ativo Regulatório, versando sobre os procedimentos referente ao encerramento do exercício de 2004.

Conforme ficou determinado na Nota Técnica SRT/Aneel nº 085/2006, a COPEL Transmissão reverteu o saldo da conta Ativo Regulatório – PIS/Pasep e Cofins constituído no período de julho/2005 a maio/2006, no valor de R$ 20.360.

8 Cauções e Depósitos Vinculados

Caução do contrato da STN	2006	2005
Tipo de bônus		
Discount Bond	2.120	2.327
Par Bond	3.020	3.316
	5.140	**5.643**

9 Outros Créditos

	2006	2005
Ativo circulante		
Adiantamento para depósitos judiciais	542	1.400
Empregados	970	1.066
Prêmios de seguros	1.223	1.154
Demais	298	357
	3.033	**3.977**
Ativo realizável a longo prazo		
Bens e direitos destinados à alienação	56	56
	56	**56**

10 Imobilizado

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2006	Líquido 2005
Em serviço				
Rede Básica	731.222	(213.292)	517.930	507.317
Rede de Conexão	716.410	(249.663)	466.747	401.446
Administração	20.709	(12.616)	8.093	9.596
	1.468.341	**(475.571)**	**992.770**	**918.359**
Em curso				
Rede Básica	94.302	-	94.302	71.940
Rede de Conexão	87.589	-	87.589	83.706
Administração	27.930	-	27.930	28.049
	209.821	**-**	**209.821**	**183.695**
Obrigações vinculadas à concessão	**(7.145)**	**-**	**(7.145)**	**(7.140)**
	1.671.017	**(475.571)**	**1.195.446**	**1.094.914**

Levantamento físico dos bens do imobilizado

A Companhia realiza regularmente inventários físicos de seus ativos distribuídos dentro de sua área de concessão.

Taxas de depreciação

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Aneel n.º 44/1999, são:

	%
Equipamento geral	10,0
Disjuntor	3,0
Estrutura do sistema	2,5
Condutor do sistema	2,5
Transformador de força	2,5

Mutação do imobilizado

Saldos	Em serviço	Imobilizado em curso	Obrigações especiais	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2004	**868.734**	**113.391**	**(7.140)**	**974.985**
Programa de investimentos	-	147.608	-	147.608
Imobilizações de obras	89.269	(89.269)	-	-
Quotas de depreciação	(38.544)	-	-	(38.544)
Baixas	(1.100)	-	-	(1.100)
Transferências do intangível	-	432	-	432
Complemento de provisões para contingências	-	11.533	-	11.533
Em 31 de dezembro de 2005	**918.359**	**183.695**	**(7.140)**	**1.094.914**
Programa de investimentos	-	142.840	-	142.840
Imobilizações de obras	116.466	(116.466)	-	-
Quotas de depreciação	(40.971)	-	-	(40.971)
Baixas	(1.084)	-	-	(1.084)
Participação financeira dos consumidores	-	-	(5)	(5)
Reversão de provisões para contingências	-	(248)	-	(248)
Em 31 de dezembro de 2006	**992.770**	**209.821**	**(7.145)**	**1.195.446**

Continua na página seguinte...

Continuação da página anterior...

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 E DE 2005
(Valores expressos em milhares de reais exceto quando indicado)

11 Intangível

	Custo	Depreciação acumulada	Líquido 2006	Líquido 2005
Em serviço	29.595	(7.577)	22.018	19.626
Em curso	2.348	-	2.348	1.722
	31.943	**(7.577)**	**24.366**	**21.348**

Mutação do intangível

Saldos	em serviço	Intangível em curso	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2004	**19.292**	**1.277**	**20.569**
Programa de investimentos	-	1.261	1.261
Capitalizações	384	(384)	-
Quotas de amortização	(50)	-	(50)
Transferências para o ativo imobilizado em curso	-	(432)	(432)
Em 31 de dezembro de 2005	**19.626**	**1.722**	**21.348**
Programa de investimentos	-	3.035	3.035
Capitalizações	2.409	(2.409)	-
Quotas de amortização	(16)	-	(16)
Baixas	(1)	-	(1)
Em 31 de dezembro de 2006	**22.018**	**2.348**	**24.366**

12 Empréstimos e Financiamentos

Detalhamento:

	Principal	Circulante Encargos	Longo prazo Principal	2006	2005
Moeda estrangeira					
Holding - S T N (1)	1.623	357	19.365	21.345	25.390
Banco do Brasil (2)	4.442	281	8.884	13.607	20.040
	6.065	**638**	**28.249**	**34.952**	**45.430**
Moeda nacional					
Eletrobras (3)	9.098	246	35.522	44.866	52.983
	9.098	**246**	**35.522**	**44.866**	**52.983**
	15.163	**884**	**63.771**	**79.818**	**98.413**

(1) Secretaria do Tesouro Nacional - A reestruturação das dívidas de médio e longo prazo, assinadas em 20 de maio de 1998, referente aos financiamentos sob amparo da Lei n.º 4.131/62, estão demonstradas nos quadros a seguir:

Tipo de bônus	Prazo (anos)	Vencimento final	Carência (anos)	2006	2005
Par Bond	30	15.04.2024	30	7.139	7.816
Capitalization Bond	20	15.04.2014	10	4.575	5.677
Debt Conversion Bond	18	15.04.2012	10	3.742	4.819
Discount Bond	30	15.04.2024	30	4.984	5.431
EI Bond - Bônus de Juros	12	15.04.2006	3	-	267
New Money Bonds	15	15.04.2009	7	449	685
FLIRB	15	15.04.2009	9	456	695
				21.345	**25.390**

As taxas de juros praticadas são as seguintes:

Tipo de bônus	Taxas de juros anuais (%)	Amortizações
Par Bond	6,0	única
Capitalization Bond	8,0	semestral
Debt Conversion Bond	Libor semestral + 0,8750	semestral
Discount Bond	Libor semestral + 0,8125	única
EI Bond - Bônus de Juros	Libor semestral + 0,8125	semestral
New Money Bonds	Libor semestral + 0,8750	semestral
FLIRB	Libor semestral + 0,8126	semestral

(2) Banco do Brasil S.A. – Contrato com recursos em Yen, para a importação da subestação isolada a gás para a Usina de Salto Caxias, amortizável em 20 parcelas semestrais a partir de 7 de março de 2000, com juros de 2,80% a.a. e comissão de repasse de 3,80%a.a..

(3) Eletrobrás – Empréstimos originados de recursos do Finel para expansão dos sistemas de transmissão. As amortizações dos contratos vincendos, iniciaram-se em 30 de abril de 1999 e o último pagamento está previsto para junho de 2016. Os juros de 5,5% a.a. a 6,5% a.a. e o principal são amortizados mensalmente, atualizados pelo índice do Finel.

a) Composição dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador:

Moeda (equivalente em R$) / Indexador	2006	%	2005	%
Moeda estrangeira				
Dólar norte-americano	21.345	26,74	25.390	25,80
Yen	13.607	17,05	20.040	20,36
	34.952	**43,79**	**45.430**	**46,16**
Moeda nacional				
FINEL	44.866	56,21	52.983	53,84
	44.866	**56,21**	**52.983**	**53,84**
	79.818	**100,00**	**98.413**	**100,00**

b) Variação das principais moedas estrangeiras e indexadores aplicados aos empréstimos e financiamentos:

Moeda/Indexador	Variação anual (%) 2006	2005
Dólar norte-americano	(8,66)	(11,82)
Yen	(9,47)	(23,53)
FINEL	0,76	0,24

c) Vencimentos das parcelas a longo prazo:

	Moeda estrangeira	Moeda nacional	2006	2005
2007	-	-	-	15.018
2008	6.065	8.398	14.463	15.018
2009	5.886	4.688	10.574	11.141
2010	1.267	3.452	4.719	4.813
2011	1.267	3.452	4.719	4.813
2012	932	3.452	4.384	4.447
2013	598	3.452	4.050	4.080
2014	299	3.452	3.751	3.752
2015	-	3.452	3.452	3.426
2016	-	1.724	1.724	1.711
após 2016	11.935	-	11.935	13.068
	28.249	**35.522**	**63.771**	**81.287**

d) Mutação de empréstimos e financiamentos:

	Moeda estrangeira		Moeda nacional		
Saldos	**Curto prazo**	**Longo prazo**	**Curto prazo**	**Longo prazo**	**Total**
Em 31 de dezembro de 2004	**10.043**	**54.035**	**8.364**	**51.709**	**124.151**
Encargos	3.254	-	4.670	-	7.924
Variação monetária e cambial	(1.564)	(8.739)	(55)	216	(10.142)
Transferências	7.599	(7.599)	8.335	(8.335)	-
Amortizações	(11.599)	-	(11.921)	-	(23.520)
Em 31 de dezembro de 2005	**7.733**	**37.697**	**9.393**	**43.590**	**98.413**
Encargos	2.569	-	4.002	-	6.571
Variação monetária e cambial	(753)	(3.283)	38	296	(3.702)
Transferências	6.166	(6.166)	8.363	(8.363)	-
Amortizações	(9.012)	-	(12.452)	-	(21.464)
Em 31 de dezembro de 2006	**6.703**	**28.248**	**9.344**	**35.523**	**79.818**

13 Pesquisa e Desenvolvimento

A Resolução Normativa Aneel nº 219, de 11.04.2006, aprovou o Manual dos Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, bem como a forma de cálculo da Receita Operacional Líquida – ROL para 2006. Em outubro de 2006, através da Resolução Normativa Aneel nº 233, de 24.10.2006, foram estabelecidos critérios e procedimentos para cálculo, aplicação e recolhimento, pelas concessionárias, permissionárias e autorizadas, dos recursos a serem destinados aos projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, bem como ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e ao Ministério de Minas e Energia – MME, previstos na Lei nº 9.991/00.

Diante do exposto, os saldos em provisões de Pesquisa e Desenvolvimento estão compostos da seguinte forma:

	Saldo em 2006-	Aplicado e não concluído	Saldo a recolher	Saldo a aplicar em projetos
Pesquisa e desenvolvimento - P&D				
FNDCT	1.922	-	1.922	-
MME	2.834	-	2.834	-
P&D	5.981	2.104	-	3.877
	10.737	**2.104**	**4.756**	**3.877**

Em 2006, a fim de atender ao estabelecido pela Aneel, a Companhia revisou os cálculos dos montantes de recursos a serem aplicados para os programas de pesquisa e desenvolvimento, relativos aos exercícios de 2001 a 2005, complementando o ajuste de exercícios anteriores registrados em dezembro de 2006, conforme demonstrado a seguir:

	2006	2005
Ajustes em lucros acumulados		
Pesquisa e desenvolvimento (Passivo circulante)	5.114	2.365
Impostos a compensar (Ativo circulante)	(1.739)	(804)
Total	**3.375**	**1.561**

14 Provisões para Contingências

A Companhia responde por diversos processos judiciais de natureza trabalhista, tributária e cível, perante diferentes tribunais e instâncias. A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus assessores legais, mantém provisão para contingências sobre as causas cuja probabilidade de perda é considerada provável.

Os saldos consolidados das provisões para contingências, líquidos dos depósitos judiciais são os seguintes:

	Contingências	Depósitos judiciais	Provisão líquida 2006	Provisão líquida 2005
Trabalhistas	**14.420**	**(1.189)**	**13.231**	**12.982**
Regulatórias	**2.083**	**-**	**2.083**	**-**
Cíveis:				
Servidões de passagem	13.517	-	13.517	6.178
Cíveis e direito administrativo	339	-	339	317
Desapropriações	3.229	-	3.229	4.883
	17.085	**-**	**17.085**	**11.378**
Fiscais (Tributárias)	**1.500**	**-**	**1.500**	**1.397**
	35.088	**(1.189)**	**33.899**	**25.757**

A mutação das provisões consolidada é a seguinte:

	Saldo Provisão 2005	Constituições	Baixas / reversões	Quitações	Saldo Provisão 2006
Trabalhistas	**23.157**	**-**	**(8.153)**	**(584)**	**14.420**
Regulatório	**-**	**2.083**	**-**	**-**	**2.083**
Cíveis					
Servidões de passagem	12.110	5.367	(3.961)	-	13.516
Cíveis e direito administrativo	326	102	(89)	-	339
Desapropriações	4.884	-	(1.654)	-	3.230
	17.320	**5.469**	**(5.704)**	**-**	**17.085**
Tributárias	**1.500**	**-**	**-**	**-**	**1.500**
	41.977	**7.552**	**(13.857)**	**(584)**	**35.088**

Em atendimento a Deliberação CVM n.º 489, de 03.10.2005, o montante de causas classificadas como de perda possível estimadas pela Empresa em 31.12.2006, totalizou R$ 2.763, distribuídas em ações de natureza trabalhistas em R$ 824, regulatórias R$ 12, cíveis R$ 1.927.

Os saldos de depósitos judiciais registrados no ativo não circulante estão demonstrados abaixo:

	2006	2005
Trabalhistas	**9.707**	**10.175**
Cíveis:		
Servidões de passagem	6.024	5.932
Cíveis	1.084	-
Diversos	10	10
	7.118	**5.942**
Tributárias	**113**	**103**
	16.937	**16.220**

15 Dívidas com pessoas ligadas

O saldo de R$ 69.217 está registrado na conta de Adiantamento para futuro aumento de capital, transferido da conta Dividendos a pagar de 2005.

16 Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2006 é de R$ 772.389, composto por 768.963.355 ações ordinárias pertencentes a Companhia Paranaense de Energia - Copel.

Dividendos 2006

O artigo 9.º da Lei n.º 9.249, de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de imposto de renda e contribuição social, dos juros sobre o capital próprio pagos aos acionistas, calculados com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. A companhia constituiu juros sobre o capital próprio no valor de R$ 70.604, conforme demonstrado a seguir:

	2006	2005
Lucro líquido do exercício	**167.527**	**151.526**
Efeitos fiscais pela opção de juros sobre o capital próprio	(24.005)	(27.687)
Lucro líquido do exercício sem os efeitos fiscais dos juros sobre o capital próprio	**143.522**	**123.839**
Reserva legal teórica sobre o lucro acima	(7.176)	(6.192)
Base de cálculo para dividendos mínimos	**136.346**	**117.647**
Dividendos mínimos obrigatórios (30%)	**40.904**	**35.294**
Imposto de renda retido sobre juros sobre o capital próprio	10.590	12.215
Valor do dividendo mínimo ajustado, calculado considerando o efeito do IRRF	**51.494**	**47.509**
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	19.110	33.923
Remuneração do capital próprio apropriada	**70.604**	**81.432**

Os juros sobre o capital próprio foram contabilizados em Despesas Financeiras e, para efeito das demonstrações, são apresentados como destinação do Lucro Líquido do Exercício. No resultado do exercício, sua reversão foi efetuada em rubrica própria, conforme preconiza a CVM.

17 Receita Operacional

	2006	2005
Receita pela disponibilidade da rede		
Rede básica	158.501	144.506
Rede básica fronteira	25.364	24.666
Rede de conexão	246.041	219.657
	429.906	**388.829**
Outras receitas operacionais	**2.822**	**1.721**
	432.728	**390.550**

Estrutura de formação da receita

Contrato	Tipo	Receita em 2006	Critério de redução
060/01	RBSE	55.769	Receita blindada. Não sofre redução até o final da concessão
	RBNI	118.189	Redução de 50% a partir de 2015
	RPC	246.042	Receita blindada. Não sofre redução até o final da concessão
075/01	RAP	9.906	Redução de 50% a partir de 17.08.2016
Outras receitas		2.822	Não há critérios de redução
Total de receitas		**432.728**	

18 Deduções da Receita Operacional

	2006	2005
Tributos sobre a receita		
Cofins	(23.955)	(22.709)
PIS/Pasep	(6.587)	(6.427)
ISSQN	(72)	(33)
PROINFA	(86)	-
	(30.700)	**(29.169)**
Encargos do consumidor		
Quota para RGR	(12.447)	(10.339)
	(12.447)	**(10.339)**
	(43.147)	**(39.508)**

19 Custos e Despesas Operacionais

A composição dos custos e despesas da Companhia em 2006 é a seguinte:

Natureza das despesas	NE	Custo de operação	Custo do sv. prestado a terceiros	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total 2006
Pessoal	20	65.050	-	-	20.464	-	85.514
Plano assistencial	21	8.723	-	-	871	-	9.594
Material		2.757	-	-	1.062	-	3.819
Serviços de terceiros		14.292	-	-	2.999	-	17.291
Depreciação e amortização		39.047	-	-	1.940	-	40.987
Taxas regulamentares		-	-	-	-	3.431	3.431
Pesquisa e desenvolvimento	22	-	-	-	-	3.886	3.886
Tributos		971	-	-	141	-	1.112
Provisões e reversões	23	-	-	-	-	14.304	14.304
Outros custos e despesas	24	1.768	-	93	2.482	1.027	5.370
		132.608	**-**	**93**	**29.959**	**22.648**	**185.308**

A composição dos custos e despesas da Companhia em 2005 é a seguinte:

Natureza das despesas	NE	Custo de operação	Custo do sv. prestado a terceiros	Despesas com vendas	Despesas gerais e administ.	Outras despesas operac.	Total 2005
Pessoal	20	6.362	-	-	69.169	-	75.531
Plano assistencial	21	45	-	-	589	-	634
Material		1.142	42	-	3.896	-	5.080
Serviços de terceiros		4.581	17	-	9.871	-	14.469
Depreciação e amortização		34.486	-	-	4.108	-	38.594
Taxas regulamentares		-	-	-	-	2.879	2.879
Pesquisa e desenvolvimento	22	-	-	-	-	3.094	3.094
Tributos		330	2	-	1.362	-	1.694
Provisões e reversões	23	-	-	-	-	1.137	1.137
Outros custos e despesas	24	1.433	-	748	2.104	(64)	4.221
		48.379	**61**	**748**	**91.099**	**7.046**	**147.333**

20 Pessoal

	Custo de operação	Despesas gerais e adm.	2006	2005
Remunerações	52.025	13.925	65.950	63.466
Encargos sociais	17.609	4.651	22.260	21.629
	69.634	**18.576**	**88.210**	**85.095**
Auxílio alimentação e educação	3.664	1.185	4.849	4.198
Indenizações e rescisões trabalhistas	1.252	606	1.858	525
Participação nos resultados	6.111	1.732	7.843	4.441
(-) Transferências p/ ordens em curso	(15.611)	(1.635)	(17.246)	(18.728)
	65.050	**20.464**	**85.514**	**75.53 1**

21 Planos Previdenciário e Assistencial

A Copel Transmissão mantém planos de complementação de aposentadoria e pensão (plano previdenciário) e de assistência médica e odontológica (plano assistencial) para seus empregados e dependentes legais ativos e pós-emprego.

a) Plano previdenciário

Até 1997, a Copel, controladora da Copel Transmissão, trabalhava com os Planos Previdenciários Básico e Complementar, na modalidade de benefício definido, sendo que as contribuições eram efetuadas pelo patrocinador e beneficiários, os quais assumiam também eventuais déficits.

Estes planos são exclusivos para os inativos (aposentados e pensionistas) e estão totalmente cobertos por ativos na Fundação Copel, tendo gerado superávit nos últimos 2 exercícios, após cálculo do corredor (intervalo de reconhecimento dos ganhos e perdas atuarias) previsto na Deliberação CVM nº 371/2000.

O atual plano previdenciário para os empregados ativos é oriundo do plano de benefício definido, que foi transformado em plano de contribuição definida denominado "Plano Previdenciário III", gerando uma dívida que foi assumida em 1º.07.2001, financiada em 210 prestações mensais, indexadas pelo INPC e juros de 6% a.a., cujo primeiro vencimento foi em 1º.08.2001. Como garantia desse contrato, a Copel Transmissão autorizou a Fundação Copel a bloquear saldos em suas contas correntes bancárias.

b) Plano assistencial

A Copel Transmissão mantém um plano de saúde aos seus empregados e dependentes, denominado "Plano Pró-Saúde", que é custeado por contribuições mensais de ambas as partes, patrocinadora e empregados, calculadas de acordo com critérios atuariais e normas vigentes, aplicáveis a esse tipo de plano assistencial.

Deliberação CVM nº 371/2000 - Contabilização de Benefícios a Empregados

A Copel Transmissão optou pelo reconhecimento antecipado da obrigação do plano de saúde, em 1º.07.2001, calculada segundo os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 371/2000, líquida dos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, diretamente contra o patrimônio líquido.

Para viabilizar a implementação e dar garantias financeiras ao novo plano Pró-Saúde, a Copel Transmissão aportou fundos, em montante calculado por atuário especialmente contratado pela Fundação Copel, que foram registrados contra a obrigação reconhecida em 1º.07.2001.

Os valores reconhecidos no Balanço Patrimonial em 31.12.2006, na conta de Benefícios Pós-Emprego, estão resumidos a seguir:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2006	2005
Cálculo Atuarial	56.703	68.412	125.115	105.971
Contribuição previdenciária-empregados	472		472	449
	57.175	**68.412**	**125.587**	**106.420**
Passivo circulante	23.191	1.580	24.771	25.617
Passivo não circulante	33.984	66.832	100.816	80.803

No exercício de 2006, a despesa incorrida com os planos previdenciário e assistencial foi:

	Plano previdenciário	Plano assistencial	2006	2005
Período pós-emprego	5.424	2.804	8.228	(1.812)
Empregados ativos	-	1.366	1.366	2.446
	5.424	**4.170**	**9.594**	**634**

Em 2006 foram ajustados contra o patrimônio líquido, referentes a encargos não reconhecidos em exercícios anteriores: R$ (2.336) do Plano previdenciário e R$ 25.489 do Plano assistencial, totalizando R$ 23.153.

As hipóteses atuariais aplicadas nos cálculos das obrigações e custos para 2006 e 2007 foram as que se seguem:

Econômicas	
Inflação	5,05%
Taxa de desconto/retorno esperados	11,35%
Crescimento salarial	2,00%
Demográficas	
Tábua de mortalidade	AT - 83
Tábua de mortalidade de inválidos	EX - IAPB
Tábua de entrada em invalidez	Light

22 Pesquisa e Desenvolvimento

	2006	2005
Programa de pesquisa e desenvolvimento - P&D	1.555	1.568
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	1.554	1.526
Ministério de Minas e Energia - MME	777	-
	3.886	**3.094**

23 Provisões e Reversões

O acréscimo de R$ 13.167 nesta conta, ocorreu pela Provisão de R$ 20.360 em Ativo Regulatório PIS/Pasep e Cofins, R$ 2.083 Provisões Regulatórias, compensadas pelas Reversões Trabalhistas de R$ 9.187 e R$ 89 Outras Reversões.

24 Outros Custos e Despesas

	2006	2005
Outros custos de operação		
Arrendamentos e aluguéis	67	-
Custos gerais	355	30
Indenizações	100	6
Recuperação de despesas	(361)	(20)
Seguros	1.607	1.417
	1.768	**1.433**
Outras despesas com vendas		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	93	748
	93	**748**
Outras despesas gerais e administrativas		
Arrendamentos e aluguéis	1.951	2.003
Despesas gerais	284	254
Indenizações	16	19
Recuperação de despesas	(26)	(388)
Seguros	257	216
	2.482	**2.104**
Outras despesas operacionais		
Doações, Lei Rouanet e Fundo dos direitos da criança e do adolescente - FIA	1.027	460
Recuperação de despesas	-	(524)
	1.027	**(64)**
	5.370	**4.221**

25 Resultado Financeiro

	2006	2005
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	3.857	2.280
Variações monetárias	3	6
Encargos moratórios	48	36
Multas	4.134	1.296
Rem. sobre impostos a compensar	191	1.070
Outras receitas financeiras	195	27
	8.428	**4.715**
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	13.915	15.404
Variações monetárias e cambiais	657	(3.184)
Juros P&D	341	-
Multas moratórias e fiscais	176	1.184
CPMF e IOF	1.835	1.538
Outras despesas financeiras	784	129
	17.708	**15.071**
	(9.280)	**(10.356)**

26 Resultado Não Operacional

	2006	2005
Prejuízo na desativação de bens e direitos	(758)	(540)
Ganho (perda) na alienação de bens e direitos	(3)	41
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(27)
Outras receitas (despesas) não operacionais	(33)	194
	(794)	**(332)**

27 Reconciliação da Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social

A reconciliação da provisão para o Imposto de Renda - IRPJ e da Contribuição Social - CSLL, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes da demonstração do resultado é a seguinte:

	2006	2005
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**194.199**	**193.021**
IRPJ e CSLL (34%)	**(66.028)**	**(65.603)**
Efeitos fiscais sobre:		
Juros sobre o capital próprio	24.005	27.687
Cálculo Atuarial	-	(1.057)
Ajuste de exercícios anteriores ref. Plano Precidenciário e Assist.	7.872	-
Incentivos Fiscais	532	-
Baixa Ativo regulatório	6.923	-
Outros	(24)	(2.522)
Efeitos fiscais sobre:		
IRPJ e CSLL (34%)	**(26.672)**	**(41.495)**

28 Instrumentos Financeiros

Valor de Mercado dos Instrumentos Financeiros

Em 31.12.2006, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia aproximam-se dos valores contábeis, destacando-se: Numerário disponível e Empréstimos e financiamentos, demonstrados nas NEs 4 e 12 respectivamente.

29 Transações com Partes Relacionadas

Os principais saldos das transações com partes relacionadas no balanço patrimonial e na demonstração de resultados são:

Parte relacionada	Natureza da operação	2006	2005
Ativo circulante			
Copel Geração	Encargos de uso da rede elétrica	2.043	1.909
Copel Distribuição	Encargos de uso da rede elétrica	29.447	41.267
Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor	Prestação de serviços	20	-
Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor	Encargos de uso da rede elétrica	19	12
Governo do Estado do Paraná	Cessão de empregados	430	430
Passivo circulante			
Eletrobrás	Financiamentos	9.344	9.393
Copel Distribuição	Consumo de energia	90	53
Cia Paranaense de Energia - Copel	Repasse de empréstimos	1.980	2.413
Cia Paranaense de Energia - Copel	Juros sobre capital próprio	60.014	69.217
Passivo não circulante			
Eletrobrás	Financiamentos	35.522	43.590
Cia Paranaense de Energia - Copel	Repasse de empréstimos	19.365	22.977
Cia Paranaense de Energia - Copel	Adiantamento para aumento de capital	69.217	3.400
Receita operacional			
Copel Geração	Receita uso da rede elétrica	18.194	17.536
Copel Distribuição	Receita uso da rede elétrica	262.814	235.705
Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor	Receita uso da rede elétrica	146	55
Centrais Elétricas do Rio Jordão - Elejor	Prestação de serviços	218	-
Despesas gerais e administrativas			
Copel Distribuição	Consumo de energia	633	520
Despesas financeiras			
Cia Paranaense de Energia - Copel	Desp. s/ financiamentos	(203)	(2.022)
Eletrobrás	Desp. s/ financiamentos	4.336	4.830

30 Seguros

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos	Data de vigência	Importância Segurada
Riscos nomeados	24/8/2007	753.963
Incêndio - imóveis próprios e locados	24/8/2007	36.661
Responsabilidade civil	24/8/2007	5.780
Engenharia	24/8/2007	apólice por averbação
Transporte nacional e internacional - exportação e importação	24/8/2007	apólice por averbação
Riscos diversos	24/8/2007	176

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Copel Transmissão S.A., no cumprimento das disposições legais e estatutárias, além de ter acompanhado – através de análises de balancetes – a gestão econômico-financeira da referida Empresa, examinou as Demonstrações Financeiras do exercício social de 2006, encerrado em 31 de dezembro, abrangendo o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis, tendo apreciado, também, o Relatório da Administração e a proposta da Diretoria para a destinação do resultado, e considerando todos os pontos contidos no Parecer da Deloitte Touche Tohmatsu – Auditores Independentes, bem como as informações e esclarecimentos por eles prestados, é de parecer que as mencionadas demonstrações refletem, com propriedade, a situação patrimonial e financeira da Companhia e os correspondentes resultados de suas operações, estando, assim, tais documentos em condições de serem submetidos à apreciação e à conseqüente deliberação da Acionista Controladora.

Curitiba, 21 de março de 2007.

ANTONIO RYCHETA ARTEN
Presidente
HERON ARZUA
NELSON PESSUTI

As Demonstrações Contábeis da Copel Transmissão S.A. estão inseridas e validadas nos exames da Auditoria Externa da Companhia Paranaense de Energia – Copel, publicadas no Diário Oficial do Estado do Paraná em 18 de abril de 2007.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIZ ANTONIO ROSSAFA
Presidente

RAUL MUNHOZ NETO
Secretário

RUBENS GHILARDI

CONSELHO FISCAL

ANTONIO RYCHETA ARTEN
Presidente

HERON ARZUA

NELSON PESSUTI

DIRETORIA

RAUL MUNHOZ NETO
Diretor Superintendente

ELZIO BATISTA MACHADO
Diretor Adjunto

LUIZ ANTONIO ROSSAFA
Diretor Adjunto

C O N T A D O R
HORÁCIO KORDEL RODRIGUES
CRC-PR-039696/O-1